



COLUNISTA

Paulo Hartung

Economista, presidente executivo da Ibá (Indústria Brasileira de Árvores), membro do conselho do Todos Pela Educação e ex-governador do Espírito Santo, Paulo Hartung escreve mensalmente na seção Espaço Aberto

Conteúdo Exclusivo para Assinante

Opinião

A última chance de frear a mudança do clima

Não superaremos os desafios globais sem que o Brasil seja parte da solução.

Paulo Hartung, O Estado de S.Paulo

05 de outubro de 2021 | 03h00

A emergência climática é um dos maiores desafios que a humanidade enfrenta. Uma batalha que extrapolou a dimensão ambiental e tem causado danos profundos em todo o mundo, especialmente aos mais vulneráveis, e compromete de forma indelével o horizonte do planeta. O modo irracional de lidar com a natureza durante anos chegou a níveis tão graves que elevou a intensidade dos eventos climáticos extremos, como ciclones e ondas de calor, secas e inundações.

O sexto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês) reflete a insuficiência da reação global e conclui: a humanidade tem provocado o aquecimento do planeta a taxas sem precedentes. Em todas as esferas da vida observamos sinais do desequilíbrio daí resultante.

Não seria exagero afirmar que as implicações da mudança do clima podem ser equiparadas, em grau de centralidade geopolítica, às preocupações com que, na guerra fria, acompanhávamos negociações sobre desarmamento e não proliferação nuclear.

Não resta outra saída, senão uma verdadeira concertação global. E essa chance está batendo à porta. Prevista para os primeiros dias de novembro, em Glasgow, a COP-26 será essa chance, pois em breve não mais haverá tempo para a humanidade resolver problemas que ela mesma criou.

Nossos atuais desafios não são triviais. Estamos numa daquelas encruzilhadas quando a humanidade pode promover inflexões e buscar novos rumos. É uma discussão geopolítica vital. Errar nessas opções acarretará prejuízos irreversíveis. A escolha é entre fazer o certo e não o caminho mais fácil. Neste debate, o Brasil tem obrigação de liderar. É fundamental que esteja à altura do inescapável protagonismo na construção de um edifício normativo multilateral e civilizatório que possibilite à humanidade enfrentar tamanho desafio.

A rigor, inexistente cenário de efetividade do Acordo de Paris sem diminuir drasticamente o uso de combustíveis fósseis. Tampouco superaremos esses desafios globais sem que o Brasil seja parte da solução – sobretudo pelas dimensões da Amazônia, sua diversidade e por abrigar 12% da água doce do planeta.

É imperioso combater a ilegalidade de desmatamentos, queimadas, garimpos, grilagem de terras e demais crimes contra o Brasil, que atingem em especial a Amazônia. Cabe lembrar que já lideramos essa pauta, a partir da Rio-92, quando encerramos outra triste fase em que, aos olhos do mundo, o Brasil se havia tornado uma espécie de pária internacional. Em anos recentes, chegamos a servir de exemplo na redução de desmatamento.

Devemos agir, pois, com verdadeiro sentido de urgência para voltarmos à mesa principal da geopolítica mundial. Temos todo o potencial para iluminar o caminho da sustentabilidade, na bioeconomia e na economia de baixo carbono no mundo.

O Brasil já vem avançando em importante transição para matriz energética mais renovável. E vários segmentos da nossa indústria e do agronegócio já estão alinhados com trajetórias de baixo carbono e comprometidos com os princípios do ESG.

Mercados regulados de carbono podem alavancar ainda mais todo esse potencial. Neste que será um dos principais pontos em negociação em Glasgow, o Acordo de Paris prevê, no artigo 6.4, o Mecanismo de Desenvolvimento Sustentável (MDS), instrumento financeiro para o setor privado investir em projetos voluntários de redução de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs). Discute-se como fazer a transição sem ruptura de direitos adquiridos, sem desperdiçar metodologias testadas e sem um gap regulatório em relação ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), estabelecido no Protocolo de Kyoto, o qual gerou no Brasil, segundo dados do Ipea, investimentos de US\$ 32 bilhões nos últimos 15 anos, deixando de lançar 124 milhões de toneladas de GEEs. De fato, o Brasil terá muito a ganhar com um mercado global organizado de créditos de carbono.

Muitos serão os desafios na COP-26, como o financiamento dos países em desenvolvimento e a necessidade de aumentar a ambição, especialmente no novo ambiente “net zero”. São debates com muitos interesses, por isso são importantes o ativismo do Brasil e seu protagonismo diplomático no diálogo que pode estabelecer novos paradigmas para o comércio global, ao mesmo tempo que combate as mudanças climáticas.

Cada fração de grau – cada segundo de atraso – conta. É contabilizado em termos de vidas perdidas, casas incendiadas ou inundadas, encarecimento dos alimentos e destruição de valor. É a corrida por um mundo mais saudável, mais justo, resiliente, clima-positivo e carbono-negativo. O mundo, com a audácia da lucidez e a inspiração da esperança, deve lutar contra retardatários, pessimistas e *greenwashers*, a fim de alcançar o caminho que nos resta: sobreviver e deixar como herança um planeta viável às próximas gerações. Como afirmou o ex-presidente americano Barack Obama, “somos a primeira geração a sentir os impactos da mudança climática e a última geração que pode fazer algo sobre isso”.

*

ECONOMISTA, PRESIDENTE-EXECUTIVO DA IBÁ, MEMBRO DO CONSELHO DO TODOS PELA EDUCAÇÃO, FOI GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (2003-2010/2015-2018)

Tudo o que sabemos sobre:

IPCC [Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas]

Glasgow

Floresta Amazônica

aquecimento global

Paulo Hartung